

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

GIL VICENTE. A ÉPOCA, O HOMEM E O POETA. CONFERÊNCIA.

CIDADE, Hernâni

Ano: 1965 | Número: 75

Como citar este documento:

CIDADE, Hernâni, Gil Vicente. A época, o Homem e o Poeta. Conferência. *Revista de Guimarães*, 75 Jan.-Dez. 1965, p. 169-191.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt

URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Conferência sobre Gil Vicente

Comemorando a passagem no corrente ano do V Centenário do nascimento do glorioso fundador do Teatro português, a Direcção da Sociedade Martins Sarmiento convidou o nosso consócio Senhor Doutor Hernâni Cidade, Professor jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a vir a esta instituição pronunciar uma conferência sobre a vida e obra do insigne dramaturgo. Essa lição, teve lugar na noite de 7 de Maio, na sede desta Colectividade.

Do brilho que assumiu este serão cultural deu-nos um sóbrio relato o semanário desta cidade «Notícias de Guimarães», que tomamos a liberdade de transcrever:

«Constituiu acto solene, pelas individualidades e número de pessoas presentes, a abertura das Comemorações do V centenário de Gil Vicente na nossa cidade, acto consumado através duma conferência proferida pelo Sr. Prof. Dr. Hernâni Cidade, no salão nobre da Sociedade Martins Sarmiento. Tem de se enaltecer a iniciativa, ficando a mesma a testemunhar que o primeiro instituto de cultura vimaranense não deixa de estar atento ao processar dos valores da nossa Terra, aproveitando os momentos próprios para evidenciar as suas acções no âmbito intelectual que lhe é próprio. Esta reabertura do seu salão nobre fica como marco saliente e é garantia daquilo que a casa de Sarmiento pode desenvolver em proveito aplicado à divulgação da cultura em Guimarães.

Presidiu o Sr. Dr. Francisco Pessoa Monteiro, Governador Civil, que era ladeado à direita pelo Sr. Engenheiro José Pinto de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal e à esquerda pelo Sr. Coronel Mário Cardoso, Presidente da Sociedade Martins Sarmiento, e viam-se ainda em lugares reservados, além de muitas outras, as seguintes individualidades: Francisco de Assis Pereira Mendes, Vice-Presidente da Junta Distrital; Dr. Joaquim José Brenha Ordonhos, Juiz de Direito; Dr. José Couto Mendonça, Delegado do

Procurador da República; Dr.^a D. Maria Emilia Amaral Teixeira, Directora do Museu Alberto Sampaio; Dr. Acácio de Azevedo, Conservador do Paço dos Duques de Bragança; Dr. Américo Guerreiro, Reitor do Liceu Nacional; Dr. Feliciano Ramos, Reitor do Liceu Nacional de Braga; Dr. Daniel de Sá, Director da Escola Técnica; Eleutério Martins Fernandes, Presidente do Grémio do Comércio; Dr. António de Oliveira Braga, Presidente da Associação Jurídica de Braga; Rodrigo Martins de Meneses, Presidente do Grémio da Lavoura; Dr. João Mota Prego de Faria, Presidente da Ass. H. dos B. Voluntários; Rev. Padre Reitor do Colégio dos Redentoristas; Manuel Alves de Oliveira, Director do Arquivo Municipal, etc.

O salão estava repleto, vendo-se entre a distinta assistência muitas Senhoras, Médicos, Advogados, Professores, Engenheiros, Comerciantes, Industriais e Estudantes.

A apresentação foi feita pelo Senhor Coronel Mário Cardoso, Presidente da Sociedade Martins Sarmiento, que, para além do enaltecimento do mérito cultural do jubulado conferente, traçou, em genéricas linhas, os principais actos previstos dum programa de comemorações em honra do Fundador do Teatro Português, que bem se justifica na nossa Cidade, tida como terra da sua naturalidade.

O illustre conferente tematizou a sua oração de «*Gil Vicente: a época, o homem e o poeta*», desenvolvendo-a quase de improviso, pois só de vez em vez consultou os seus apontamentos. Enquadrando, assim, a vida do dramaturgo no seu tempo, referindo as linhas influentes da época aonde a era dos descobrimentos portugueses atingiu total plenitude. Não garantiu a naturalidade vimaranense do poeta, considerando tal facto de relativa pouca importância, pois, tendo desenvolvido a sua acção em Lisboa, era como homem da Corte que devia ser apreciado. Defendeu ainda a tese de Gil Vicente poeta e Gil Vicente ourives serem uma ou a mesma pessoa, argumentando com elementos deduzidos do conhecimento da época em que ele viveu. A vida palaciana e a sua influência nas acções do dramaturgo prenderam-no de seguida, para uma análise cuidada da sua personalidade de homem, ao ponto de o referir no respeito que denunciava pelas instituições e pela crença cristã, apesar de, na aparência, a sua obra se mostrar contundente para os costumes do tempo. Certo paralelismo do seu nível poético com outros clássicos portugueses, nomeadamente Camões, serviu para dar ideia da riqueza da obra que deixou, legado dos mais válidos recebidos pela literatura portuguesa. Várias citações dos textos gilvicentinos enriqueceram a oração proferida, que terminou debaixo de prolongados aplausos dos presentes.

A encerrar este magnífico acto inicial de Comemorações Gilvicentinas em Guimarães, o Sr. Governador Civil teve diversas considerações, reivindicando a naturalidade vimaranense do Fundador do Teatro Português e elogiando a erudita lição que todos acabavam de ouvir.»

Eis as palavras que o Presidente da Sociedade Martins Sarmento pronunciou no início da sessão:

Senhor Governador Civil

Senhor Presidente da C. M. de Guimarães

Ex.^{as} Autoridades e pessoas de representação oficial aqui presentes

Senhor Professor Doutor Hernâni Cidade

Ex.^{mas} Senhoras e meus Senhores:

É particularmente honroso para esta Casa de «Martins Sarmento» termos hoje entre nós o Senhor Professor Doutor Hernâni Cidade a evocar a personalidade de GIL VICENTE, neste ano em que se comemora o V Centenário do nascimento do genial comediógrafo, homenagem a que esta instituição cultural vimaranense não podia deixar de manifestar o seu aplauso e de prestar a sua colaboração.

Disse eu (e por várias razões) que é «particularmente honrosa» para nós a presença do Senhor Professor Hernâni Cidade: de facto, em primeiro lugar (e supérfluo seria dizê-lo), por vir falar-nos da Obra vicentina quem o pode fazer, com a maior autoridade intelectual e competência crítica de escritor e de historiador da nossa Literatura.

Mas outros motivos especiais existem ainda para nos considerarmos excepcionalmente honrados com a presença do insigne Professor universitário e consagrado conferencista: — o facto de ele ser simultaneamente um dos mais ilustres Sócios desta Colectividade, na qual deu ingresso, mediante proposta minha, que me orgulho de ter apresentado à Direcção da nossa Sociedade em 1933, portanto há 32 anos, data em que se festejou solenemente na cidade de Guimarães o centenário do nascimento do sábio Doutor Francisco Martins Sarmento, Patrono espiritual desta Casa; igualmente é para nós motivo de satisfação o facto de esta cátedra do nosso Instituto ser agora, pela terceira vez, ocupada pelo Professor Hernâni Cidade, pois já aqui pronunciara, há 36 anos, uma Conferência magnífica, que me é grato recordar agora, após tantos anos volvidos, a qual versou sobre a estranha personalidade da célebre Marquesa de Alorna, a romântica «Alcipe», quando aos destinos desta Sociedade presidia então o saudoso escritor vimaranense Eduardo de Almeida; e posteriormente, há 20 anos, uma outra sobre o historiador Oliveira Martins. Em 1940, a pedido nosso, deu-nos Hernâni Cidade a sua preciosa colaboração no volume especial da «Revista de Guimarães» comemorativo dos centenários da Fundação e da Restauração de Portugal, com um belo estudo que intitulou «A literatura de exaltação nacionalista sob os Filipes. A poesia épica».

Finalmente, é para mim (que não esqueço a minha passada e já distante vida ao serviço do Exército), uma razão de íntimo agrado ter hoje como orador nesta Sessão um antigo camarada de Armas, faceta esta da sua biografia que me permito citar, pois é natural que muitas das pessoas que nesta sala se encontram

ignorem que o egrégio Professor Hernâni Cidade foi também um combatente da grande conflagração europeia de 1914-18, condecorado com a Cruz de Guerra e promovido por distinção. E, se esta circunstância nada pode acrescentar aos altos méritos do Escritor, contudo imprime carácter à personalidade do Homem, que não se recusou a servir a sua Pátria na hora do perigo, quando ela precisou do esforço do seu braço.

Do fecundo labor literário do Professor Hernâni Cidade, do valor dos seus estudos da mais transcendente importância, do brilho das suas conferências e das suas primorosas lições de Literatura portuguesa, dos seus trabalhos de investigação, da mais segura e honesta documentação e da mais imparcial e objectiva análise crítica, digna de um historiador que não teme as verdades da História mesmo quando elas tenham de diminuir a nobreza de factos e acções que outros, por um injustificado escrúpulo, omitem ou alteram. Em suma, da incansável e operosa actividade intelectual do douto Professor da antiga Faculdade de Letras da Universidade do Porto e posteriormente da Universidade de Lisboa — nada me compete dizer neste momento, pois seria ocioso, e acima de tudo pretensioso da minha parte, tentar fazer qualquer alusão, em pormenor, aos trabalhos deste laureado Escritor, perante um auditório escolhido e culto, como este que aqui se encontra reunido neste momento, e que muito bem conhece o alto valor da sua Obra.

Senhor Professor: vai V. Ex.^a falar-nos de GIL VICENTE, o glorioso fundador do Teatro português, que os vimaranenses se habituaram a considerar filho desta antiga e nobre terra, é certo que sem um fundamento definitivo e seguro, mas baseados na tradição literária mais seguida, apoiada em factos que permitem admitir e manter a hipótese. De qualquer modo, tenha GIL VICENTE sido ou não nosso conterrâneo, ele é, acima de tudo, um grandioso vulto nacional, cuja memória, seja como vimaranenses, seja como portugueses, nos cumpre venerar e celebrar.

Esta Sociedade, promotora da instrução e da educação moral e cívica, não tem esquecido esse dever: já em 1902, quando se comemorou o IV centenário da primeira representação vicentina do *Monólogo do Vaqueiro* e do *Auto Pastoral Castelhana*, a «Revista de Guimarães», órgão cultural da nossa instituição, consagrou um tomo especial ao glorioso dramaturgo, onde colaboraram nomes ilustres nas Letras, como foram Teófilo Braga, Malheiro Dias, Luís de Magalhães, o Abade de Tâgilde e outros escritores. E, em 1937, nesta mesma sala onde nos encontramos, proferiu o poeta Afonso Lopes Vieira uma brilhante conferência, no dia em que aqui igualmente se recordou «Mestre Gil», na passagem do IV centenário da morte desse extraordinário espírito que a eminente Professora Carolina Michaëlis classificou de «o maior génio inventivo que Portugal produziu».

As comemorações que hoje aqui têm início vão prosseguir com novas conferências a realizar ainda nesta Casa, como também noutras instituições culturais da cidade, como sejam o Museu de «Alberto Sampaio», o Paço dos Duques, os nossos dois estabelecimentos de ensino médio, Liceu e Escola Técnica, e também noutras agremiações de índole educativa, que não devemos esquecer, fundadas nesta cidade em anos mais recentes;

Serão representados alguns autos de Gil Vicente, a que o grupo do Teatro de Ensaio «Raúl Brandão», criado em Guimarães, dará a sua mais entusiástica colaboração;

Realizar-se-á uma exposição bíbio-iconográfica da Obra vicentina, de cuja organização assumiu o encargo o Arquivo Municipal de Guimarães;

Se possível, será inaugurada a estátua do glorioso dramaturgo, dívida que esta cidade há tantos anos tem em aberto, desde que em 1937 foi colocada solenemente a primeira pedra desse monumento;

Finalmente, Guimarães fecharia, com perenidade e continuidade, as comemorações deste centenário, para compensar o que porventura elas possam conter de efêmero e que o tempo faça esquecer, se conseguisse transformar em realidade o sonho de fundar nesta cidade, já que reclama para si a honra de ser terra natal do grande dramaturgo, um Instituto de Estudos Vicentinos, com «a finalidade de manter, sempre viva e presente, a Obra do genial escritor».

A este programa, talvez um pouco ambicioso mas realizável, se os vimaranenses quiserem, no sentido decisivo da palavra «querer», não faltará a Sociedade Martins Sarmento com o seu aplauso e a sua colaboração activa.

Senhor Professor: cabe hoje a vez a V. Ex.^a de evocar, nesta Casa de «Martins Sarmento», essa grande Figura da Literatura Portuguesa da primeira metade do século XVI. E a nós, a este auditório, cabe também o prazer espiritual de escutar a lição magistral que V. Ex.^a nos vai dar a honra de proferir.



O Prof. Dr. Hernâni Cidade pronunciando a sua Conferência

(Na Mesa, da esquerda para a dir.: Vice-Presidente da Junta Distrital, Presidente da Câmara Municipal, Governador Civil do Distrito, Presidente da Soc. Martins Sarmento, e o Juiz de Direito).

Seguidamente o Presidente da Mesa, Senhor Dr. Pessoa Monteiro, ilustre Governador Civil do Distrito, concedeu a palavra ao Professor Hernâni Cidade, cuja primorosa lição, por sua amável anuência, inserimos, na íntegra, nas páginas desta Revista.

Gil Vicente: a época, o homem e o poeta

É muito provável que Gil Vicente haja nascido em Guimarães e que em sua Colegiada tenha estudado o seu modesto Latim, com os rudimentos de Teologia que pelo menos lhe teriam aguçado a viva curiosidade da inteligência. E também é provável que não seja muito distante do ano de 1465 a data do seu nascimento. Tudo provável, tudo incerto. Não há homens de génio para os seus criados de quarto e, tratando-se dum país pequeno, a frequência dos contactos dá, a quantos podiam ser biógrafos, a categoria de criados de quarto de quem, por falta de perspectiva, não podem medir a altura.

Fosse, porém, Gil Vicente de onde fosse e nascesse um ano mais cedo ou mais tarde, era natural que em Lisboa lhe florescesse o génio, como era lógico o bulício daquela época lho excitasse e fecundasse. Se há forma de arte que necessite de ambiente social, largo e denso, é o teatro. Ninguém escreve teatro para o guardar na gaveta ou para o ler aos amigos. Teatro é a arte de converter em espectáculo a realidade que se observa ou se concebe. Assim, Lisboa era necessária ao florescimento do génio vicentino, como o foi ao génio de Garrett; e por seu turno Gil Vicente foi necessário a Lisboa, no momento histórico em que ela, capital dum pequeno país, era simultâneamente a capital dum mundo imenso e novo e precisava de quem, não apenas para a posteridade lhe fixasse em vasto quadro inapagável a sua múltipla imagem de claridades e sombras, mas também, pelo poder sugestivo da arte, de si própria a tornasse consciente.

Na verdade, devia ser de incomparável intensidade aquele momento histórico. Não haveria mês em que ao cais único dum planeta a revelar-se, não chegassem

notícias de magníficas descobertas e feitos fulgurantes, ou de trágicos naufrágios e *perdições de toda a sorte, que o menor mal de todos era a morte*, no dizer de Camões. Dentro da *pequena casa lusitana*, o mesmo embate de contrários aspectos duma vida colectiva sacudida a um tempo dos mais fortes impulsos do instinto e dos mais altos anelos da alma — os anelos que faziam de Portugal, segundo Gil Vicente, o *alferes da Fé*, e os impulsos que, na *inquietação da alma e da vida*, eram *fonte de desamparos e adultérios*. Naturalmente, misturava-se nas naus e caravelas que sulcavam os mares desconhecidos, em demanda de ilhas e continentes ignorados, vária gente para todas as audácias, com todos os anseios, com todas as aptidões — o nauta de olhos varando o horizonte, ouvidos à espera ansiosa do — *Terra! Terra* — do gageiro, promessa de deslumbrantes maravilhas, o soldado de aventura, sófrego de razias e saques, ao lado do missionário, sonhando com apostolado de martírios ou milagres; o mercador ambicioso, na cobiça da mercadoria fascinante, ao lado do médico e naturalista, buscador de simples e drogas, e do poeta em demanda de novas formas de beleza e de novos motivos de inspiração. Lumes de ambições de todo o género, das mais altas às mais rasteiras, incendiavam as almas do tempo, e não é preciso dizer que, se o *cheiro daquela canela | o Reino despovoava*, os que ficavam eram perturbados dos *fumos da Índia*, e todos se agitavam e sobreaqueciam numa grande febre inspiradora de arremetidas heróicas e desvarios e desleixos, que explicavam a miséria do tesouro e a indigência crescente, a má organização económica, tanto como o desnivelamento moral, nos indivíduos como na colectividade.

Em plano superior, no domínio das ideias e das noções de que elas eram elaboradas, qualquer coisa de extraordinário análogamente se passava, posto que em clima de maior serenidade e desprendimento do sensorial. É que, se novos mundos de imprevisas maravilhas físicas se abriam em espaços não sonhados, outros mundos de surpresas fascinantes eram revelados noutras idades quase igualmente ignoradas. Artes e letras, formas de pensamento e de imaginação, que a cada passo se exumavam das ruínas da Antiguidade, causavam para muitos embriaguez análoga às formas de vida vegetal,

animal, humana que mares e terras desvendados ofereciam aos olhos.

Não admira assim que os *bolseiros de El-Rei*, que por universidades estrangeiras buscavam as novas luzes, abrissem, no mundo ideal do espírito, perspectivas de amplitude análoga à das que se franqueavam no mundo concreto da Natureza. Sucedia mais de uma vez que homens de um e outro mundo conviessem em colaborar, como Martim Afonso de Sousa, explorador de mares e terras, com Pedro Nunes, cosmógrafo e matemático; ou o mesmo indivíduo fosse simultâneamente homem de acção e de pensamento, como Duarte Pacheco Pereira ou D. João de Castro, ou como o próprio Camões, que, segundo ele mesmo diz, numa mão tinha a espada e noutra a pena. Este espectáculo de colaboração de vários, ou dupla capacidade dum só, acrescido do espectáculo do sábio isolado que pelas terras do Ultramar pesquisa drogas e simples, como Garcia de Orta, ou do cientista que, na cátedra universitária ou no remanso do seu gabinete, elabora ciência sobre a mole de informações que de toda a parte lhe são enviadas, como Pedro Nunes, ou do geógrafo e historiador que, contando factos memoráveis como incitamento e paradigmas de acção, vai ao mesmo tempo ensinando a geografia física e humana dos vastíssimos teatros da expansão, como João de Barros, este espectáculo, queria eu dizer, é o que dá evidência à realidade moral duma nova pátria que, nesta convergência de vontades e inteligências animadas por um pensamento comum, para uma finalidade de todos, toma consciência da sua unidade; e esta logo floresce, animada pelo mesmo sopro vital, em obras várias, que são a expressão da imaginação criadora de uns, da capacidade de acção, do esforço meditativo, da pedagogia social de outros.

Para pintar o grande fresco representativo desta efervescência colectiva, em seus múltiplos aspectos fulgurantes ou sombrios, não faltou a colaboração de artistas plásticos, descritores de viagens, historiadores, poetas, dramaturgos — Nuno Gonçalves ou os Arrudas, Barros, Mendes Pinto, Camões ou Gil Vicente, entre os principais.

*

Este último colaborou nessa obra com seu surpreendente gênio de poeta e com singulares recursos de artista. Vale a pena conhecê-lo de perto e conhecê-lo quanto possível integralmente.

E ei-lo desde já apresentado por si próprio:

E um Gil... um Gil... um Gil...

— Que má retentiva heil...

Um que não tem um ceitil

E faz os aitos a El-Rei.

Com este Gil se tem identificado aquele a quem se referem as cartas de D. Manuel, em 1520 enviadas de Évora, aos vereadores da Câmara de Lisboa, uma para que por sua ordem se faça o que for necessário para a entrada do Rei e da Rainha na capital, e uma outra no mês seguinte, Dezembro, aos mesmos vereadores, referente ao mesmo assunto: «Informai-me do que tendes passado com Gil Vicente e as pinturas (...) e cadafalsos que vos disse que são necessários».

Assim, pois, juntando a informação dos documentos às notícias que nos autos se podem colher, era Gil Vicente homem que valia uma brigada, pela variedade dos talentos: poeta e comediógrafo, actor e músico e talvez cenógrafo. Organizava festivais públicos e oferecia à corte — e também ao povo, nos autos representados nas igrejas — o prazer mais fino das suas criações, algumas de tão altos conceitos e fresco lirismo...

Como não atribuir ao mesmo Gil Vicente o documento de 1513, que, por seu ofício de ourives, o nomeia *mestre da balança*? A identificação é tanto mais fácil, quanto ambas as referências são feitas a pessoa admitida no Paço, de fácil acesso ante o Rei e a Rainha (o ourives é

designado como *ourives da Rainha* (D. Leonor). Tal acesso se patenteia na recomendação que D. Manuel faz aos vereadores da Câmara de Lisboa, para que ouçam a *Gil Vicente, mestre da balança*, sobre uma petição que, por intermédio dele, mestre Gil, lhe tinham mandado os alfaiates e tosadores. Depois, se houvesse mais de um Gil Vicente, como não seria bem individuado aquele a quem, segundo vários documentos, se manda fazer uma vez a mercê de 6.000 reais (1523), outra a de 4.000 reais (1524), outra ainda a tença de 12.000 reais, depois acrescentada (1525) com 8.000 reais, e finalmente a tença anual de três moios de trigo? Só havendo um único e inconfundível Gil Vicente tais documentos o não individualizariam com mais cautela e precisão. Era o mesmo Gil dos *aitos* que se queixava de não *ter ceitil*, aquele a quem por isso se contemplava com pequenas quantias, adequadas a modestíssimo orçamento doméstico; ele igualmente o *Mestre da balança*, a quem *para ajuda do casamento da irmã, Filipa Borges*, se davam, com mais largueza, mas ainda em *ajuda*, 20.000 reais.

Ora o que já se podia inferir dos documentos, parece confirmá-lo a cota escrita no que promove o ourives a mestre da balança: *Gil Vicente trovador mestre da balança*. Por tais palavras se indicaria o conteúdo do diploma, para dele facilitar a busca.

Uma objecção, à primeira vista a mais válida, foi levantada contra esta identificação — a de António Saraiva, em sua *História da Cultura Portuguesa*. Como podia ser *um Gil sem ceitil* o mesmo ourives da Rainha que fabricou a custódia de Belém? Pois era lá de crer que, modelando o farto oiro das páreas da Índia, dele lhe não ficasse nas mãos o que o impediria de se dizer *sem ceitil*?

Mas reparemos que também diz que é quem faz *os aitos del-Rei*. E afirmar-se poeta não é desde logo denunciar-se como mau administrador? Não será suficiente para admitirmos que seria *sem ceitil*, apesar de ourives? Quem, como poeta, era tão cheio de riquezas espirituais, como poderia curar de grangear das outras? Depois, não parece que devesse ser necessariamente rico todo o profissional da ourivesaria. Não o era, pelo menos, aquele da *Farsa dos Almocreves*, credor do fidalgo que o ludibria com embófias de protector, a que ele

corresponde com homenagens de servo, descobrindo-se e beijando-lhe a mão. O Fidalgo diz-lhe:

Cobri a cabeça, cobri.
Tendes grande amigo em mi,
E mais vosso pregoeiro.
Gabei-vos ontem a El-Rei
.....
E sei que vos há-de ocupar...

O ourives compreende a evasiva e dissimula o seu despeito no sorriso amarelo, no gracioso trocadilho da resposta:

Nossa conta é tão pequena,
E há tanto que é devida,
Que morre de prometida,
E peço-a já com pena,
Que depena a minha vida.

A situação — ou a atitude — expressa nesta frase não soa como a traduzida na queixa do que não tem *ceitil*? E não parece implícita na *ajuda* de vinte mil reais dados ao Mestre da balança para o casamento da irmã? Forçado ou não esse gesto da mão estendida à dádiva pecuniária, era o de todos os mencionados Gil Vicentes — do trovador, do ourives, do mestre da balança; qualquer deles podia identificar-se com os outros na mesma postura de modesto beneficiado de esmolas que implicam a pobreza, longe da categoria das doações que aumentam a honra.

*

O que nenhum deles poderia ser era o *mestre em Artes*, a que já o comediógrafo foi promovido; nem talvez ter sido o universitário com cuja cultura Joaquim de Carvalho julgou dever explicar os sermões que se inserem nos autos. Pelo menos, não lhe reconheceram tal categoria intelectual os *homens de bom saber* a quem se refere a didascália da farsa de *Inês Pereira*. Negavam estes ao comediógrafo a capacidade da criação dos seus autos, e ele lhes responde, pedindo-lhes tema e pondo em auto o que lhe foi dado: *Mais vale burro que me leve do que cavalo que me derrube*.

Estava Mestre Gil, na verdade, longe de ser um humanista, no sentido corrente da palavra — o homem culto interessado pelo saber de Gregos e Latinos, sua história e mitologia, sua literatura e arte, e já não cingido à selecção do que da cultura antiga pudesse ser incorporado na cultura cristã, de que a mitologia fosse a precursora simbólica, mas a ela aderindo por ela própria, por sua beleza superior, quando não também por seu melhor equilíbrio moral. Continuava Gil Vicente, muito ao contrário, gostosamente preso à cultura medieval, e mais às suas criações literárias e folclóricas do que às superiores expressões da sua filosofia ou da sua teologia. Recolhia carinhosamente e imitava, com summa arte os superando, os romances populares e as cantigas de amigo, desprezadas pelos *homens de bom saber* do tempo e só recolhidas no *Cancionero Musical de los siglos XV y XVI*, de Barbieri. Conhecia, é verdade, a dialéctica petrarquista, de que mais de um nítido e harmonioso eco se encontra nos autos; mas Petrarca já era o encanto dos poetas medievais, antes de ser o modelo dos poetas do Renascimento. Era-lhe familiar a novelística cavalleiresca e, naturalmente, lendo poemas ou escritos quatrocentistas, como, por exemplo, *Contemptu del Mundo*, do Condestável D. Pedro, publicado pelo *Cancioneiro Geral*, de Resende, juntava ao conhecimento dos cavaleiros da criação romanesca medieval o conhecimento dos deuses que dos tempos da Antiguidade passaram para a poesia clássica, que os eternizou. Pelo que toca à teologia do tempo, o que mais evidência pode dar à sua curiosidade das questões que ela põe e trata, é o Sermão feito à Rainha D. Leonor e pregado perante a corte, em Abrantes, em 1506, na noite do nascimento do Infante D. Luís. O tema era: *non volo, volo et deficio* (*Não quero — um humanista escreveria nolo — quero e careço*).

Impressionou a Joaquim de Carvalho a estrutura clássica do discurso e ainda o saber teológico do conteúdo. Sucede, porém, — e já o observou o vicentista francês Prof. Révah — que tanto uma coisa como outra eram perfeitamente possíveis a um autodidacta inteligente, com curiosidades intelectuais, habituado a ouvir sermões e a par das questões que entre clérigos e católicos de superior cultura, mais de uma vez seriam tratadas. O autor enuncia, mas para as repelir, que não para as

tratar, questões como a da Trindade divina, a de assumir o Verbo Divino forma humana e não angélica, as meditadas por Santo Agostinho ou Escoto, a de saber se o mundo foi criado *ab eterno* (ele escreve *eterno*), e se o Papa tem poder no Purgatório, e se a existência do Inferno precedeu o cometimento do pecado... Mas ante tais problemas, a sua atitude é a da renúncia a demorar-se neles:

No quiero tocar secretos guardados,
No quiero meterme en divinas honduras,
No quiero volar naquellas alturas
Do queman las alas los desasesados.

Nada prova que Mestre Gil tenha queimado as asas em questões que apenas mostra saber que existem. Mesmo, porém, que as tratasse, como, descendo do plano teológico ao filosófico, ao explicar, em Santarém, aos frades de S. Francisco, a causa dos tremores de terra, seria na esfera da cultura medieval que o seu pensamento se moveria, na preocupação dos temas, como na natureza dos argumentos a que recorre.

É conhecido o caso de Santarém através duma carta do comediógrafo a D. João III. Nela conta que, depois dum tremor de terra que aterrou a vila, os frades espalhavam entre o povo a convicção de que, em dia e hora determinados, outro maior lhe havia de suceder, em castigo dos múltiplos pecados dos homens. Gil Vicente convidou os frades a ouvi-lo na crasta do seu convento e ali lhes fez *uma fala na maneira seguinte*. E reproduz pormenorizadamente o que lhes disse, e foi em resumo:

Deus tem dois mundos — o Céu onde esplende sua glória, e este em que vivemos, cheio de mil defeitos, «para que por estes contrastes sejam conhecidas as perfeições da glória do segre primeiro», ou seja do estado de inocência no Paraíso. O tremor de terra, pois, não foi um castigo ocasional, foi uma manifestação de leis permanentes da natureza.

Deus proibiu a todas as criaturas, arcanjos, profetas, santos, quaisquer homens ou mulheres, a tentativa de prever o futuro, «porque isso pertence à onipotência do Padre». Mas, anunciar o castigo de Deus, não era apenas infringir a proibição divina, era atribuir uma

despiedosa injustiça a Deus; porque, se há muitos pecados, também são numerosas as obras de piedade e caridade. E termina por estas palavras de tolerância cristã: «e se alguns há que são ainda estrangeiros na nossa Fé e se consentem (se são tolerados, apesar de não católicos) devemos imaginar que se faz por ventura com tão santo zelo, que Deus é disso muito servido; e parece mais justa virtude aos servos de Deus e seus pregadores animar a estes e confessá-los e favorecê-los, que escandalizá-los e corrê-los para contentar a desvaierada opinião do vulgo.

Diga-se, em complemento desta boa obra de apostolado de tolerância, que Mestre Gil exprime no fim da carta a sua convicção de que ela contentará o Rei, «por ser tanto em seu serviço; porque, à primeira pregação, os cristãos novos desapareceram e andavam morrendo de temor da gente, e eu fiz esta diligência, e logo ao sábado seguinte seguiram todos os pregadores esta minha tenção».

Mestre Gil tem a cabeça e o coração bem mergulhados na atmosfera do cristianismo medieval. Os argumentos que invoca apenas do texto sagrado tiram a sua força; a acção que pratica é o apostolado cristão que a inspira: «se há ainda muitos estrangeiros na nossa fé, e se consentem (...) Deus é disso muito servido». Importa que para sua glória seja voluntária a adesão dos infieis. Viria mais tarde a exaltação maquiavélica da onnipotência do Estado, servido pela doutrina segundo a qual *religio est cujus regio*, que tanto ódio fanático havia de gerar e tanta guerra desencadearia.

*

Mas cumpre lembrar outro aspecto do medievalismo da cultura vicentina, e é o modo como ele vê o movimento expansionista da Nação. Andavam por aquele tempo os Portugueses revelando mares, continentes e ilhas, e colhendo, para seu e alheio *saber de experiencias feito*, quanto por lá diferia do mundo em que viviam. Nada disto, porém, alterava a mundividência vicentina: a realidade apenas se ampliava e enriquecia. Na maior largueza do mundo, maior seria a glória de Deus, quando, pelo esforço em que se empenhava o

Alferes da Fé, como ele considerava Portugal, se estendesse a toda a parte a acção cristiniazadora do missionário, apoiada ou condicionada pela acção do cavaleiro cristão. É o cruzadismo que lhe inspira a *Exortação da Guerra*; o cruzadismo ainda que prontamente acolhe, na *Barca do Inferno*, os soldados das *Partes de além*,

Que quem morre em tal batalha,
Merece paz eternal.

E a pastorinha *Fama*, no Auto do seu nome, recusa a requesta do francês, do italiano, do espanhol e não prefere o português, senão

Porque sus vitorias son
Muy lejos — y por la fé.

Não nos iluda a sua crítica, no *Auto da Feira*, a Roma, que a ela vem *comprar paz, verdade e fé*. Diz-lhe o Diabo o que vende: «mentiras e mais mentiras, muitos enganos infindos», e ela responde:

Tudo isso tu vendias,
Tudo isso eu feirei,
Tanto, que inda venderei,
E outras sujas mercancias
Que por meu mal te comprei.

Propõe-lhe o Serafim comprar a paz *a troco de santa vida*, posto duvide que traga tal moeda, e ela pergunta:

A troco das estações
Não fareis algum partido,
E a troco de perdões
Que é tesouro concedido
Pera quaisquer remissões?

É clara a alusão à venda das indulgências, mas é sabido que o escândalo com que isso era feito indignava as consciências católicas do mundo inteiro e todo ergueu contra a Cúria protestos do mesmo teor do que D. Manuel em 1498 enviou, contra a corrupção dos costumes, a licenciosidade criminosa, o aviltamento dos mais sagrados valores (1).

(1) «res sanctissimas pretio indignissimas adduci» — resumo o Bispo Osório, in — *De rebus Emmanuelis gestis*.

Se Gil Vicente assim zelava a disciplina católica, já se deixa ver que se lhe não possam notar contágios heterodoxos na substância dogmática. Sá de Miranda não ignora os embates ideológicos do seu tempo, embora repelindo os seus responsáveis:

Sofistas me são defesos
 Com seus enganos e cismas

 De Fé, que não de sofismas
 Quer Deus os peitos acesos.

Camões ouviu decerto, posto que transitòriamente, a voz da tentação. As *Oitavas ao Desconcerto do Mundo*, de tanta dúvida sobre a Providência divina; o Soneto — *Verdade, Amor, Razão, Merecimento* (se é dele), do mesmo sentido pessimista, quanto ao regimento do *confuso mundo*, parecem denunciar, ao menos, uma breve perturbação da confiança cristã. Mas, se Deus lhe explica a ordem do Universo, Cristo comove-o com sua missão redentora, e as dúvidas cedem ante a claridade das chagas da sua paixão —

Luminárias na noite tenebrosa.

Em Gil Vicente, nem o breve desvio de Camões, nem sequer a fechada repulsa de Miranda. Nem uma referência às contendas religiosas do seu tempo. São-lhe indiferentes. Pelo contrário, oferece-nos autos e cenas de ingénua fé intacta, com toda a pureza e a comoção da autenticidade, intensa e profunda, alheia ao formalismo que já iniciava o seu reinado.

Mas beato é o varão
 Que reza com coração
 E com alma e com sentido;
 Que o rezar não é ouvido
 Nem é nada,
 Sem a alma estar inflamada
 E o espírito transcendido
 Na divindade sagrada.

Auto da Cananeia

*

Há, porém, na obra de Mestre Gil um auto de manifesto, embora discreto inconformismo com a ordem estabelecida, e não será sem significado digno de nota que Luís de Camões o tenha presente, na elaboração do auto mais pessoal do seu teatro. Refiro-me à *Tragicomédia de D. Duardos*, que o nosso épico imitou no *Auto de Filodemo*. Ambos os poetas põem o amor acima das convenções sociais que impedem o enlace de almas que, depois de longo conflito interior entre a paixão niveladora e as resistências da rígida hierarquia da convenção se convencem dos direitos daquela.

D. Duardos, filho do rei de Inglaterra, enamora-se de Flérída, filha do imperador de Constantinopla, mas pretende que ela o ame, não por sua eminência social de herdeiro dum trono, mas por suas mesmas qualidades pessoais, cujo fulgor trespasse as aparências da maior humildade. Para tal, em trajos de cavador se apresenta ao hortelão da horta do Palácio imperial em que a princesa costuma vir distrair-se; pede-lhe o receba como hortelão, pois lhe interessa descobrir um tesouro que sabe ali existir escondido, e declare a Flérída que é um filho que regressa de longes terras ao lar paterno. O velho hortelão assim o faz e D. Duardos, assim apresentado sob tão humilde aspecto, a pouco e pouco, por sua gentileza na figura e no falar, vai vencendo as oposições que, na alma da princesa, se levantam contra a inclinação amorosa que por ele sente cada vez mais viva. Quando ela aceita a proposta para, na horta, à luz das estrelas e na companhia da confidente, lhe falar, apenas sabe que é um cavaleiro disfarçado; e quando se aventura a fugir ao imperador seu pai, que tanto a ama, e a embarcar com o amado para destino comum, só o reconhece como o glorioso vencedor dum temido cavaleiro a quem acaba de matar em duelo, mas está longe de o adivinhar como filho do rei de Inglaterra.

No *Auto de Filodemo*, de Camões, a soberania do Amor vence dificuldades análogas: Dionisa, filha do nobre senhor D. Lusidardo, cede ao amor de Filodemo, que ela crê simples criado de seu pai. Ele é gentil de corpo e alma, mas, ante a nobre enamorada, tanto como ante Flérída, levantam-se os obstáculos da rígida con-

venção social que *tanto os estados desiguale e tanta diferença põe entre os nascidos*. Só depois de longo conflito íntimo, — único, mas minuciosamente observado, no auto vicentino, como no camoniano, se chega ao enlace espiritual, num auto como no outro, realizado no jardim do palácio, no silêncio da noite e no segredo das confidentes. Quanto ao enlace de corpo e alma, sob a estola do sacerdote, não lhe consentiam os costumes do tempo se efectivasse, senão quando já revelada a igualdade da estirpe: Filodemo filho dum irmão de D. Lusidardo e duma princesa da Dinamarca que dele se enamorara, como o hortelão, já revelado cavaleiro glorioso, finalmente reconhecido como filho do rei de Inglaterra.

Gil Vicente provinha da burguesia, Camões era cavaleiro fidalgo, mas sem outros recursos a apoiar-lhe a nobreza, que não os do génio. Ambos, porém, eram recebidos no Paço, aceitavam pragmáticamente as convenções sociais do ambiente que os criara. Daí o inconformismo dos seus autos, perante as ideias, que não perante os costumes, e detendo-se a meio caminho dum resultado... que só no nosso tempo seria possível, posto que ainda raro... Em que ambos se mostram de inconfundível superioridade, é no atento seguir do mesmo *processus* psicológico, que, num e noutro caso, leva da repulsa do enamorado de inferior categoria social, à aceitação da sua requesta, à dádiva do coração, que precede a união dos corpos.

Diferença mais notável entre as duas peças teatrais, é aquela que resulta do meio século que distancia uma da outra. O ambiente na tragicomédia vicentina é ainda medieval e cavalheiresco: a acção insere-se num episódio de aventura de cavaleiros andantes e os passos na evolução psicológica são apressados, que não determinados, por um filtro, que recorda a novela medieval de *Tristão e Isolda*; no auto camoniano, tudo decorre sem sombras de sobrenatural, dentro das possibilidades humanas da vida no século XVI.

*

É preciso dizer que apenas me refiro à sátira vicentina que poderia ser considerada como dirigida contra

a estrutura social dominante. A outra aceita docilmente tal estrutura e apenas censura os que dela abusam ou se desviam. E são reis, papas e bispos, que traem a sua missão; juizes que põem em almoeda a justiça; fidalgos que tiranizam os pequenos; onzeneiros que passam a vida *na safra de apanhar*; clérigos mais ocupados de perseguir cachopas e caçar perdizes do que de salvar almas. E é o velho sensual, logro da alcaiota, que por mil traças o mistifica; e são os médicos, mais familiarizados com o latim das fórmulas do que com os processos da terapêutica; e ainda a mulher adúltera e hipócrita no carinho com que recebe o marido ingénuo que regressa, rico, do Ultramar; e até o lavrador que surratemente desloca os marcos para alargar a propriedade e o sapateiro que por mil formas rouba os fregueses...

Dir-se-ia que Gil Vicente se comprazia em revolver o lixo humano da cidade, se não o sentíssemos tocado de enternecimento pelos humildes e pelos espoliados, pelos simples de espírito e puros de coração, pelas raparigas do povo que ciosamente defendem a sua honestidade, pela inocência das crianças e pela angústia e bom senso das mães, pela castidade dos amores pastoris, pela religião alegre do povo, que é, mais do que adoração, uma familiaridade comovida da mais funda ternura por Cristo, pela Virgem e pelos seus santos, habitantes dum Paraíso que está logo para lá das nuvens:

E que léguas haverá
Daqui à porta do Paraíso
Onde S. Pedro está?

— pergunta um dos pastores ao Serafim que os visita, numa ingenuidade enternecedora, tão em contraste com a imoralidade e o sentimento de culpa da Roma que desce à feira do Auto assim chamado.

*

Mas entrevemos, neste passo, o poeta de quem prometi falar-lhes.

Gil Vicente é, na verdade, um dos maiores poetas do século, se poeta é o indivíduo, se não com visão que lhe permita intuir com mais verdade o Universo, ao menos

com emotividade que mais profundamente lhe faça sentir a vida, com imaginação que com mais aliciante beleza lhe facilite transfigurar a realidade e com poder de expressão que possa, de modo espontâneo e pronto, juntar ao significado lexical da palavra a virtude mágica que lhe permita provocar imprevistas e misteriosas ressonâncias no mundo interior.

Não pretendamos atribuir a Gil Vicente tanto, por exemplo, como a Camões, a preocupação quer da estrutura do Universo, quer do modo ordenado ou desordenado por que a Vida universal nele decorre; mas creiamos que ninguém no seu tempo com mais viva comoção atendeu, por exemplo, na penosa existência do lavrador, ou melhor, cavador, como hoje diríamos. Um deles declara-se a si e a seus irmãos na desgraça:

A tiranos, pacientes,
Que a unhas e a dentes
Nos têm as almas roídas.
Não têm tempo nem lugar
Nem sômente de alimpar
As gotas do seu suor

O próprio Deus o abandona:

Ora alaga o povoado
Ora seca quanto i há,
E Ele tanto se lhe dá...

E é porventura a página mais pungente da literatura do tempo o pranto da Cananeia, a pobre mãe da filha endemoninhada, que assim descreve:

Tem os seus braços torcidos,
Os olhos encarniçados,
Os cabelos desgrenhados,
Seus membros amortecidos.
Dá gritos, faz alaridos,
E o socorro está em Ti.
Senhor filho de David,
Amerceia-te de mi!

Põe crianças a dialogar com perfeita naturalidade, como se ele próprio participasse nos seus interesses

mentais e morais, e cria a maravilha que é o diálogo dos pastores com o Serafim, no *Auto da Feira*:

— Quando partistes do Céu,
Que ficava Ele fazendo?
— Ficava vendo o Seu gado.
— Santa Maria! Gado há lá?
Oh Jesu! Como o terá
O Senhor gordo e guardado!
E há lá boas ladeiras
Como na Serra da Estrela?
— Si.
— E a Virgem?, que faz ela?
— A Virgem olha as cordeiras
E as cordeiras a ela.
— E os Santos? De saude
Todos, a Deus louvores?
— Si.

E por fim a pergunta, já citada, que mais em concreto põe a ideia da vizinhança entre a Terra e o Céu, entre os homens e as entidades divinas.

No auto da Sibila Cassandra com igual ternura, ao abrirem-se as cortinas, onde está todo o aparato do nascimento..., ouvem-se cantar quatro anjos, como se os animasse ternura materna:

Ro ro ro
Nuestro Dios y Redentor,
No lloreis, que dais dolor
À la Virgen que os parió.
Ro ro ro.

Se Gil Vicente a não ouviu, sua mesma ternura de pai, um pouco maternal, porque era poeta, teria inventado esta linda cantiga de embalar.

Mas tal amorosa sensibilidade ante a vida, como ante a natureza, tem a seu serviço, neste poeta, a imaginação criadora do espectáculo e da linguagem — que a uma e outra transpõem, pelo símbolo, pela imagem, pela metáfora, pela palavra imantizadora, para um plano de beleza de universal encantamento. É uma transfiguração de que só a poesia é capaz. É como se um banho lustral de graça restituísse às realidades do mundo a leveza, o esplendor, a nitidez, a finura que se concebe teriam na primeira manhã do mundo, ou como se tudo se transfigurasse, por mágico toque de fada, em realidades correspondentes de

outro mais luminoso e doce mundo. Lembro os símbolos vicentinos e seu poder representativo. A Fama portuguesa a que já aludi, do *Auto da Fama* é, de princípio, modesta mocinha de aldeia, guardadora de patas. Cresce e requestam-na o francês, o italiano, o castelhano e o português. Só a este aceita, confessa o Castelhana,

Porque sus vitórias son
Muy lejos y por la Fé

No *Auto da Lusitania*, o Sol enamora-se da formosura de Lisboa em nudez, e gera nela uma filha a que, por ter sido particularmente honrada da luz paterna, foi dado o nome de *Lusitânia*. E não foram o Sol e mais Lisboa, com seu cais mais ocidental da Europa, que em grande medida engendraram Portugal e lhe condicionaram a personalidade autónoma, com suas virtudes e seus defeitos?

Na *Frágoa de Amor*, representada por ocasião do casamento de D. João III com D. Catarina, irmã de Carlos Quinto, aparece em cena um formoso castelo, onde trabalha a frágoa que a tudo corrige e transfigura em beleza e perfeição. É a noiva real, de cujo amor pelo esposo e pela nova pátria se esperam maravilhas sem conto. A Justiça, por exemplo, entra na frágoa como *velha corcovada, torta, muito mal feita, com sua vara quebrada*. Ao fim de muito trabalho de martelo, diz Júpiter:

Señor, nuestro martillar
No nos aprovecha nada,
Porque Justicia dañada,
Los que mas la han de emendar,
La hacen mas corcovada

Lançam outra calda e saem da frágoa escórias que são um par de perdizes, depois duas grandes bolsas de dinheiro, e só então, liberta de tais peitas, ela surge *formosa e direita*.

Símbolos líricos, símbolos satíricos, símbolos dramáticos, como no *Auto da Alma* os dois poderes em conflito, entre cujas solicitações a alma se debate dolorosamente.

Mas esta espécie de imaginação não é exclusiva de poetas. O que é próprio deles é a magia estilística por

que ela se exprime. E desde já qualifica Gil Vicente como poeta a preferência que ele dá, entre a poesia que lê, às formas tradicionais das cantigas de amigo e dos romances ou xácaras, cujos moldes tão perfeitamente sabe aproveitar, tanto como a poesia do *Cântico dos Cânticos* ou o lirismo de tanta sedução estética e intelectual de Petrarca.

Assim é a poesia:

Muy graciosa es la doncella!
 Como es bella y hermosa!
 Digas tu, el marinero,
 Que en las naves vivias,
 Si la nave, ó la vela, ó la estrella
 És tan bella.
 Digas tu, el caballero,
 Que las armas vestias,
 Si el caballo, ó las armas, ó la guerra
 És tan bella.
 Digas tu, el pastorcico,
 Que el ganadico guardas,
 Si el ganado, ó el valle, ó la sierra
 Es tan bella.

De estrutura semelhante, pela repetição e pelo paralelismo, às cantigas de amigo dos *Cancioneiros* medievais, tem esta linda composição a novidade das audaciosas comparações, que fazem lembrar aquelas com que o poeta Gomes Leal impressionou a sensibilidade embotada do seu tempo. Nem o apelo ao marinheiro, ao cavaleiro e ao pastorzinho é feito senão no intuito de procurar nos três diferentes mundos em que vivem, objectos de comparação mais variados e imprevistos.

Mas as maravilhas poéticas de Gil Vicente são tesouro inexgotável. Não daria para completar o inventário todo o tempo deste serão, que por demais se está alongando. Aconselho-o aos meus pacientes ouvintes, que nele encontrarão riquezas que mais lhes hão-de comover a sensibilidade estética, do que as pesquisas sobre a sua biografia lhe poderiam interessar a curiosidade intelectual.